

Governo dificultará conversão da dívida

O ministro Marcílio Marques Moreira garantiu ontem aos líderes de vários partidos políticos no Senado — durante almoço no apartamento do senador Marco Maciel (PFL-PE) — que a conversão da dívida externa em investimentos no País será muito restrita, inclusive para o programa de privatização. Nem mesmo a conversão da dívida para custeio de programas de meio ambiente será facilitada. O governo, segundo disse o ministro aos senadores, pretende criar um fundo de títulos, cujos rendimentos seriam utilizados em programas ecológicos. Assim, ficaria garantida a continuidade da política de meio ambiente.

A O ministro Marcílio também desmentiu as notícias sobre um novo pacote econômico e de dolarização da economia brasileira. Reclamou ainda das pesquisas semanais sobre inflação e que, mesmo esperando uma alta em julho, acredita que os preços entram em curva descendente a partir de agosto. Os senadores saíram da reunião bastante impressionados com o ministro Marcílio o que, do ponto de vista político, facilitará o trabalho do governo no Senado. Além de Marcílio e Marco Maciel estiveram presentes ao almoço os líderes do PMDB,

Humberto Lucena, do PSDB, Fernando Henrique Cardoso, do PDT, Maurício Corrêa, do PRN, Ney Maranhão, do PDS, Oziel Carneiro, e os senadores Ronan Tito (PMDB-MG) e Raimundo Lira.

Parâmetros

“Ele nos disse que vai liberar a conversão da dívida com parâmetros muito rígidos, inclusive para privatização”, contou o senador Raimundo Lira. Segundo os senadores, o Brasil deverá resistir às propostas de conversão — defendidas pelos banqueiros internacionais — para não provocar uma entrada de capital que acelere os índices de inflação.

O senador Maurício Corrêa, líder do PDT no Senado, afirmou que o ministro Marcílio garantiu que só aceitará doações de partes da dívida para a formação de fundos. “O ministro disse que os banqueiros querem a conversão, mas para o Brasil não é negócio”, disse Corrêa.

Também ficou acertado com os senadores que os negociadores da dívida externa vão respeitar a resolução 82 do Senado, que estabelece o conceito de capacidade de pagamento. Dessa forma, o ministro se comprometeu que, após cada pagamento da dívida, o dinheiro que

ficar em caixa terá que ser pelo menos igual aos gastos de quatro meses com importações. Pela resolução 82, o resultado positivo das receitas contra despesas do setor público deve ser vinculado à reserva cambial em moeda forte.

“Vamos tentar a redução da dívida negociando de acordo com os critérios estabelecidos pelo Senado”, disse o líder do PSDB, senador Fernando Henrique Cardoso. Ele informou ainda que o governo brasileiro tentará dar o mesmo tratamento nas negociações com bancos estatais e privados. Fernando Henrique também elogiou a iniciativa do encontro do ministro Marcílio com líderes da oposição.

O senador Raimundo Lira informou ainda que o ministro Marcílio e o presidente do Banco Central, Francisco Gros, comunicaram que “permanecerá apertada a política monetária”, inclusive com o bloqueio no orçamento para não criar problema com necessidade de emissão de moeda. O governo também garante que não haverá mudanças na remuneração das cadernetas de poupança. A única novidade será o lançamento de títulos de aplicação voluntária, para lastrear a entrada de dinheiro no mercado.